

Artigo Teórico-empírico

Retenção de Membros de Organizações Cívicas e Participação Política: Possíveis Relações

Retention of Civil Organizations Members and Political Participation: Possible Relationships



Dias Rafael Magul*¹
Carlos Eduardo Cavalcante¹

RESUMO

Objetivo: explorar a influência da retenção de membros de organizações da sociedade civil (OSCs) sobre participação política. **Marco teórico:** membros de OSCs são suscetíveis a participar de diversas atividades políticas. A propensão de membros a participar de práticas políticas pode ser influenciada pela sua retenção, que oportuniza o desenvolvimento de competências e valores democráticos, habilidades e virtudes cívicas, e de outros recursos políticos que propiciam engajamento político. **Métodos:** realizou-se pesquisa quantitativa explicativa, usando dados de 234 membros de OSCs de Moçambique, coletados por meio de questionário constituído pelas escalas de retenção de membros e de participação política, previamente validadas. Realizou-se modelagem de equações estruturais para testar as cinco hipóteses da pesquisa, utilizando weighted least squares mean and variance adjusted (WLSMV) como método de estimação, considerando as práticas de retenção de membros como um construto de segunda ordem para explicar cada uma das dimensões de participação política. **Resultados:** o teste das hipóteses apontou para a não rejeição de duas hipóteses, demonstrando que: as práticas de retenção de membros explicam significativamente contato político; e as práticas de retenção de membros explicam significativamente engajamento cívico. **Conclusão:** o estudo demonstra que a propensão de membros de OSCs a participar de diversas práticas políticas pode ser explicada pela retenção de membros, o que acrescenta valor à literatura. Os resultados contribuem para a gestão de pessoas em OSCs que buscam fomentar a capacidade individual de participar nos processos políticos democráticos, assim como naquelas que têm por finalidade impulsionar a expansão da democracia na sociedade.

Palavras-chave: engajamento político; Moçambique; organizações da sociedade civil; participação política; retenção de membros.

* Autor Correspondente.

1. Universidade Joaquim Chissano, Maputo, Moçambique.
2. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Como citar: Magul, D. R., & Cavalcante, C. E. (2024). Retenção de membros de organizações civis e participação política: Possíveis relações. *Revista de Administração Contemporânea*, 28(4), e240041. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2024240041.por>

de revisores convidados até a decisão:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1ª rodada	(x)	(x)	👍	👍								
2ª rodada	👍	(x)	👍	(x)	(x)							

ABSTRACT

Objective: to explore the influence of retention of civil society organizations (CSOs) members on political participation. **Theoretical framework:** members of CSOs are likely to engage in various political activities. The propensity of members to participate in political practices may be influenced by their retention, which enables the development of democratic competencies and values, civic skills and virtues, and other political resources that foster political engagement. **Methods:** an explanatory quantitative research was carried out, using data from 234 members of CSOs in Mozambique, collected through a questionnaire consisting of validated scales of members' retention and political participation. Structural equation modeling was performed to test the five research hypotheses, using weighted least squares mean and variance adjusted (WLSMV) as the estimation method, considering member retention practices as a second-order construct to explain each of the dimensions of political participation. **Results:** The hypothesis testing pointed to the non-rejection of two hypotheses, demonstrating that: member retention practices significantly explain political contact; and member retention practices significantly explain civic engagement. **Conclusion:** the study demonstrates that the propensity of CSOs members to participate in various political practices can be explained by member retention, which adds value to the literature. The findings contribute to human resource management in CSOs seeking to foster individual capacity to participate in democratic political processes, as well as those aiming to promote the expansion of democracy in society.

Keywords: political engagement; Mozambique; civil society organizations; political participation; member retention.

Classificação JEL: M12

- Editores-chefes:** Marcelo de Souza Bispo (Universidade Federal da Paraíba, PPGA, Brasil)
Paula Chimentil (Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPEAD, Brasil)
Pareceristas: Daniel Pinheiro Moraes (Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil)
Bruno Dias Magalhães (Fundação João Pinheiro, Brasil)
Flávia Duque Brasil (Fundação João Pinheiro, Brasil)

Relatório de Revisão por Pares: O Relatório de Revisão por Pares está disponível neste [link externo](#).

Recebido: 01/03/2024

Última versão recebida em: 02/05/2024

Aceite em: 29/08/2024

Publicado em: 09/09/2024

INTRODUÇÃO

A participação política é crucial nos sistemas democráticos, permitindo aos cidadãos fazer demandas e expressar seus interesses e preferências a atores políticos, com intuito de influenciar ou afetar decisões e resultados políticos (Magul & Cavalcante, 2022). Uma das formas, dentre outras possíveis, por meio das quais indivíduos podem se tornar mais suscetíveis a participar de práticas políticas é a filiação e permanência prolongada nas organizações da sociedade civil (OSCs), levando em consideração que elas apoiam ações coletivas e assuntos políticos democráticos de interesse público, ao mesmo tempo que promovem e aprofundam normas, valores e atitudes democráticas (Boulding, 2010; Dore & Jackson, 2020; Encarnación, 2017; Jaysawal, 2013; Lee & Glasure, 2007; Uhlin, 2009) que constituem recursos para ação política (Fung, 2003).

Assim, entende-se que a retenção de membros de OSCs amplia a probabilidade de os indivíduos participarem de diversas práticas políticas, compreendendo ainda que essas organizações conscientizam os seus membros sobre questões comuns na sociedade, ao defenderem temas políticos de interesse público (Ayala, 2000; Boulding, 2010; Dore & Jackson, 2020; Fung, 2003; Magul & Cavalcante, 2022; McVey & Vowles, 2005; Teorell, 2003; Ulzurun, 2002; Wallman-Lundâsen, 2015). Nesta perspectiva, este artigo tem por objetivo explorar a influência da retenção de membros de OSCs sobre participação política.

As práticas de gestão voltadas para a retenção de pessoas têm sido largamente pesquisadas, com a literatura convergindo sobre os seguintes fatores: remuneração; oportunidades de treinamento e desenvolvimento; oportunidades de carreira; apoio do supervisor; equilíbrio trabalho-vida; e características do trabalho (Dhanpat et al., 2018; Döckel et al., 2006; Gani et al., 2020; Kashyap & Rangnekar, 2014; Presbitero et al., 2016; Samuel & Chipunza, 2009; Sanjeevkumar & Wei, 2012; Shibiti, 2019; Van Dyk & Coetzee, 2012; Yousuf & Siddqui, 2019).

Esses fatores compõem a escala de mensuração proposta por Döckel et al. (2006), que tem sido aplicada em várias pesquisas (Dhanpat et al., 2018; Ferreira & Mujajati, 2017; Ferreira & Potgieter, 2018; Gani et al., 2020; Shibiti, 2020; Van Dyk & Coetzee, 2012), nas quais continuou a demonstrar a sua validade e confiabilidade. Analisadas as dimensões e respectivos itens, não se encontrou nenhuma incompatibilidade da adequação da medida para avaliar a retenção de membros nas OSCs, conforme ficou comprovado neste artigo pelos resultados das análises fatoriais.

Compreendendo que a participação política abrange uma diversidade de dimensões, por vezes divergentes, que se encontram dispersas na literatura, Magul e Cavalcante (2023) sistematizaram essas dimensões, por

meio de uma extensiva revisão sistemática que embasou o desenvolvimento e a validação de um instrumento de mensuração da participação política. Por ser uma medida válida e consistente, ela foi adotada para esta pesquisa, sendo composta pelas seguintes dimensões: atividade de campanha; votação; contato; engajamento cívico; e protesto.

Partindo do pressuposto de que a retenção de membros oportuniza o desenvolvimento prolongado das virtudes e habilidades cívicas, de competências e valores democráticos, assim como de outros recursos políticos que repercutem na propensão de membros de OSCs a participar de práticas políticas (Magul & Cavalcante, 2022), a participação política pode ser explicada pela retenção de membros. Para examinar a influência da retenção de membros sobre a participação política, foram estabelecidas relações de dependência entre os dois construtos, com base nas dimensões que compõem a escala de Döckel et al. (2006) e os fatores da medida proposta por Magul e Cavalcante (2023). A partir da apropriação dos elementos teóricos das duas medidas psicométricas, testaram-se empiricamente as relações estruturais estabelecidas entre retenção de membros e participação política, tendo em conta que as práticas de retenção de membros, consideradas como um construto de segunda ordem, são preditoras de cada um dos cinco fatores de participação política (por exemplo, as práticas de retenção de membros explicam atividade de protesto). Nesta perspectiva, foram testadas cinco hipóteses da pesquisa.

Os dados da pesquisa provêm de membros de OSCs de Moçambique, país africano que transitou para sistema democrático por meio da Constituição de 1990 (Rocca, 1998). Antes da introdução da democracia e de parlamento multipartidário, o país seguia regime de partido único desde 1975, representado pela FRELIMO, após alcançar a independência do domínio colonial português (Brito, 2019; Darch, 2018). O novo sistema político abriu caminho para a liberdade de expressão, de associação e de manifestação; para o surgimento e reconhecimento de diversos partidos políticos; e para a realização regular de eleições em nível nacional, provincial (estadual) e municipal, desde 1994 (Magul & Cavalcante, 2022). A liberdade de associação (operacionalizada pela Lei n. 8 (1991), de 18 de julho) tem levado ao surgimento de OSCs de natureza e finalidade diversas.

Os dados empíricos foram coletados por meio de um questionário que agregou as escalas de retenção de membros e de participação política, aplicado a uma amostra de 266 membros de OSCs, selecionada mediante critérios de amostragem por acessibilidade, da qual foram utilizadas 234 observações válidas. O teste das hipóteses foi precedido de análises fatoriais, assim como pela análise da validade e confiabilidade das duas medidas psicométricas, com vistas a avaliar a adequação da matriz dos dados a essas escalas. Os resultados dessas análises comprovaram a plausibilidade da

estrutura fatorial das escalas originais, com ótimos índices de ajustamento (Brown, 2015; Hair et al., 2009), além de terem apontado que as medidas alcançaram validade convergente e discriminante, assim como possuem boa consistência interna (Costa, 2011; Hair et al., 2009).

Para testar as hipóteses da pesquisa, realizou-se modelagem de equações estruturais (MEE), por meio do software R, pacote Lavaan, utilizando-se *weighted least squares mean and variance adjusted* (WLSMV) como método de estimação. Os resultados sugeriram a não rejeição de duas das cinco hipóteses, ao demonstrar que: as práticas de retenção de membros explicam significativamente contato político; e as práticas de retenção de membros explicam significativamente engajamento cívico. Além de corroborar parcialmente as teorizações de Magul e Cavalcante (2022), a pesquisa demonstra que a propensão de membros de OSCs a participar de diversas práticas políticas pode ser explicada pela sua retenção nessas organizações, abrindo caminho para que estudos futuros possam continuar examinando a relação entre retenção de membros de OSCs e participação política. Os achados da pesquisa têm relevância para a gestão de pessoas em OSCs que buscam fomentar a capacidade individual dos cidadãos de participar nos processos políticos democráticos, assim como naquelas que visam impulsionar a expansão da democracia na sociedade.

O artigo está organizado em quatro seções, incluindo esta, da introdução. A segunda seção se detém no referencial teórico que embasa a pesquisa e na proposição das hipóteses testadas empiricamente. Os procedimentos metodológicos são descritos na terceira seção, onde são apresentados os critérios utilizados na seleção da amostra, os instrumentos usados na coleta dos dados, bem como os procedimentos utilizados na análise desses dados. A quarta seção consiste na análise e discussão dos dados, começando pela avaliação da compatibilidade dos dados com as escalas adotadas na pesquisa e culminando com a análise e discussão das relações estruturais estabelecidas nas hipóteses.

REFERENCIAL TEÓRICO E HIPÓTESES DA PESQUISA

Conexão entre retenção de membros e participação política

A participação política constitui a essência de sistemas democráticos. Por meio dela, os cidadãos fazem demandas, expressando seus interesses e preferências a atores políticos na esfera governamental, estatal ou política, com o objetivo de resolver problemas coletivos ou comunitários. Especificamente, diz respeito a um conjunto vasto de atividades políticas realizadas voluntariamente por cidadãos, por meio de comportamento observável, com vistas a influenciar ou afetar decisões e resultados políticos (Magul

& Cavalcante, 2022, 2023; Teorell, 2003; Van Deth, 2014). Um dos caminhos, dentre outros possíveis, através dos quais indivíduos podem se tornar mais propensos a participar de práticas políticas é a filiação nas OSCs, levando em consideração que essas organizações apoiam ações coletivas e agem em defesa de assuntos políticos democráticos de interesse público (Aggeborn et al., 2020; Fahmy, 2006; Rahbarqazi & Noei Baghban, 2020), viabilizando o aprendizado e a prática de aspectos inerentes ao processo político democrático.

As OSCs (Andion, 2005) tornam os membros mais suscetíveis a participar de diversas práticas políticas, compreendendo que a atuação e o funcionamento dessas organizações estão ancorados nas normas, valores e atitudes democráticas (Boulding, 2010; Dore & Jackson, 2020; Encarnación, 2017; Jaysawal, 2013; Uhlin, 2009) que, conseqüentemente, oportunizam o desenvolvimento de competências e valores democráticos (Ayala, 2000; Dore & Jackson, 2020; Wallman-Lundåsen, 2015). Além disso, quando as OSCs oferecem soluções para problemas comuns existentes na sociedade, assim como quando se engajam em questões políticas de interesse público, elas induzem o desenvolvimento de habilidades e virtudes cívicas (Fung, 2003), assim como de outros recursos políticos que propiciam a participação de seus membros em atividades políticas (Boulding, 2010; Putnam, 2000; Ulzurun, 2002).

Apesar de as dimensões de participação política estarem fragmentadas na literatura, existe uma sistematização feita por Magul e Cavalcante (2023), que inclui uma escala de mensuração composta pelos seguintes fatores: atividade de campanha; votação; contato político; engajamento cívico; e protesto político (Magul & Cavalcante, 2023). Este artigo se baseia nestas cinco dimensões de participação política por terem sido identificadas por meio de uma revisão sistemática da literatura, rigorosamente desenvolvida.

O artigo parte do pressuposto de que a propensão dos membros de OSCs a participar de diversas práticas políticas pode ser explicada pelas práticas de retenção de membros, considerando que altas taxas de rotatividade de membros podem comprometer o desenvolvimento contínuo da capacidade de participação política (Magul & Cavalcante, 2022). Por retenção de membros, deve-se entender o conjunto de práticas de gestão de pessoas que buscam estimular o seu interesse para permanecer na organização por um período mais longo, podendo ser até a conclusão de projetos ou aposentadoria (Haider et al., 2015; Hong et al., 2012; Shibiti, 2019; Wijesiri et al., 2019; Yousuf & Siddqui, 2019).

As práticas de retenção buscam estimular o interesse dos membros em continuar a prestar atividades e a oferecer serviços providos pelas OSCs à sociedade, por um período prolongado, reduzindo, dessa forma, as taxas de rotatividade. Nesta perspectiva, a retenção de membros nas OSCs oportuniza o desenvolvimento contínuo de competências

e valores democráticos, habilidades e virtudes cívicas, bem como de outros recursos políticos que estimulam o engajamento de membros em diversas práticas políticas.

As práticas de gestão de pessoas voltadas para a sua retenção têm sido objeto de estudo em diversas publicações, nas quais maior convergência recai sobre os seguintes fatores: remuneração; oportunidades de treinamento e desenvolvimento; oportunidades de carreira; apoio do supervisor; equilíbrio trabalho-vida; e características do trabalho (Dhanpat et al., 2018; Döckel et al., 2006; Gani et al., 2020; Kashyap & Rangnekar, 2014; Presbitero et al., 2016; Samuel & Chipunza, 2009; Sanjeevkumar & Wei, 2012; Shibiti, 2019; Van Dyk & Coetzee, 2012; Yousuf & Siddiqui, 2019). A validade e a confiabilidade dessas seis práticas de retenção têm sido demonstradas por várias pesquisas realizadas em diversos contextos organizacionais (Dhanpat et al., 2018; Döckel et al., 2006; Gani et al., 2020; Imna & Hassan, 2015; Presbitero et al., 2016; Shibiti, 2019; Van Dyk & Coetzee, 2012).

Proposição das hipóteses da pesquisa

As hipóteses da pesquisa, que estabelecem relações estruturais entre retenção de membros e participação política, foram propostas a partir dos elementos teóricos dos fatores que compõem a escala de Döckel et al. (2006), bem como das dimensões que constituem a medida de Magul e Cavalcante (2023). No entanto, é útil destacar que a dimensão ‘características do trabalho’, da escala de retenção de membros, não foi sugerida pela análise fatorial exploratória (AFE), conforme destacado neste artigo, e por isso foi excluída das análises.

Compreendendo que cada uma das relações estruturais relaciona as práticas da retenção de membros (isto é, remuneração; apoio do supervisor; oportunidades de treinamento e desenvolvimento; oportunidades de carreira; e equilíbrio trabalho-vida), como um construto de segunda ordem, com cada um dos cinco fatores de participação política (atividade de campanha; votação; contato; engajamento cívico; e protesto), foram testadas cinco hipóteses. A seguir, apresentam-se as hipóteses da pesquisa.

Relação entre retenção de membros e atividade de campanha

Atividade de campanha é o modo de participação política centrado no engajamento ativo de indivíduos dentro de partidos políticos ou organizações pertencentes a esses partidos, na qualidade de membros ou ativistas. Abrange um conjunto de ações políticas voltadas para persuadir, mobilizar e influenciar o comportamento dos eleitores durante o período de campanha eleitoral, com vistas a votarem em um candidato específico e/ou um determinado partido

político (Bean, 1991; Kalaycioglu & Turan, 1981; Ohme et al., 2017; Talò & Mannarini, 2014; Teorell et al., 2007; Theocharis & Van Deth, 2018; Van Deth, 1986).

Entende-se que à medida que os membros permanecem por um período prolongado nas OSCs, eles são suscetíveis a aprofundar conhecimentos, habilidades e virtudes cívicas que lhes estimulam a participar ativamente nas ações políticas, como da dimensão atividade de campanha. Esse engajamento político pode ser consequência da promoção e difusão das normas, princípios, valores e atitudes democráticos (Encarnación, 2017; Jaysawal, 2013; Lee & Glasure, 2007) que são inerentes à atuação dessas organizações na sociedade. Desta forma, a retenção de membros oportuniza a disseminação dos ideais democráticos, que são internalizados e praticados por eles, podendo repercutir no engajamento político dos membros nas atividades de campanha. Assim, compreendendo que a retenção de membros em OSCs pode incentivar o seu engajamento nas ações políticas da dimensão atividade de campanha, propõe-se que:

H₁: Práticas de retenção de membros explicam atividade de campanha.

Relação entre retenção de membros e votação

A dimensão votação diz respeito à participação dos cidadãos nos processos eleitorais, por meio de comparecimento às urnas ou do exercício do direito de voto, a fim de escolher dirigentes, representantes ou ocupantes de cargos em nível nacional, provincial/estadual e municipal (Kim & Hoewe, 2020; Ohme et al., 2017; Teorell et al., 2007; Theocharis & Van Deth, 2018). A votação é uma das práticas políticas largamente difundidas e um dos pilares fundamentais nos sistemas democráticos, proporcionando aos indivíduos a oportunidade de expressar suas preferências políticas e contribuir para a formação e legitimação dos governos eleitos.

A filiação às OSCs fortalece as capacidades individuais em questões democráticas, conscientizando os membros a respeito da importância da participação nos processos políticos democráticos (Magul & Cavalcante, 2022), ao mesmo tempo que favorece o aumento do nível de consciência política, por meio de desenvolvimento de recursos políticos que estimulam a participação em diversos tipos de eleições. Entretanto, o desenvolvimento da capacidade política que torna os membros das OSCs propensos a participar ativamente nas atividades políticas da votação pode ser explicado pela retenção de membros, por isso, propõe-se que:

H₂: Práticas de retenção de membros explicam votação.

Relação entre retenção de membros e contato

Contato político diz respeito às ações políticas dos cidadãos dirigidas a atores políticos com o intuito de influenciar decisões e resultados políticos. Tais ações consistem não somente em apresentar e discutir as opiniões dos cidadãos sobre questões políticas, com políticos, mas também em apresentar certos problemas relacionados à comunidade, especificamente para funcionários públicos, membros de governo distrital/municipal, estadual ou central, na tentativa de obter soluções políticas (Bean, 1991; Ekman & Amnå, 2012; Ohme et al., 2017; Talò & Mannarini, 2014; Teorell et al., 2007; Theocharis & Van Deth, 2018; Van Deth, 1986, 2016).

Essas ações políticas são estimuladas pelas OSCs, não somente pela defesa de interesses políticos democráticos, mas, também, por meio de fornecimento de informações políticas aos seus 'membros', assim como colocando-os em contato com instituições políticas e incorporando-os a redes políticas (Ulzurun, 2002). Aliás, a relação entre filiação a associações civis e participação em atividades de contato já havia sido encontrada por Aggeborn et al. (2020), por meio de um estudo conduzido na Suécia, cujos resultados demonstraram existência de uma relação significativa entre filiação em OSCs e participação em atividades de contato. No entanto, entende-se que o desenvolvimento do potencial das OSCs que viabiliza a participação de membros em atividades de contato político pode estar dependente das práticas de retenção de membros, por isso, propõe-se que:

H₃: Práticas de retenção de membros explicam contato.

Relação entre retenção de membros e engajamento cívico

Engajamento cívico consiste no envolvimento político dos cidadãos ao nível da comunidade (Zúñiga et al., 2014), com o objetivo de promover mudanças de interesse público a partir de ações políticas voltadas à busca de soluções para problemas locais, assim como para a melhoria de condições locais ou de certos grupos da comunidade (Ekman & Amnå, 2012). Concretamente, o engajamento cívico integra ações ligadas à doação de dinheiro para caridade, arrecadação de fundos para organizações de caridade e para implementação de projetos comunitários locais, ao mesmo tempo que envolve realizar trabalho voluntário para ajudar a resolver problemas da comunidade local (Bean, 1991; Ekman & Amnå, 2012; Ohme et al., 2017; Talò & Mannarini, 2014; Theocharis & Van Deth, 2018; Van Deth, 1986; Zúñiga et al., 2014).

Estas habilidades cívicas podem ser desenvolvidas pelas OSCs, onde os indivíduos podem aprender o valor da ação coletiva, da solidariedade e da promoção do bem-

estar na sociedade (Jaysawal, 2013), assim como da defesa do bem-estar comum e dos outros. Fundamentalmente, as OSCs viabilizam habilidades cívicas quando os seus membros testemunham a entrega de atividades e de serviços que geram impacto nas comunidades e na sociedade, habilitando-os, dessa forma, a se interessar e a apoiar ações coletivas que beneficiam as comunidades ou a sociedade, no geral. Assim, por se acreditar que o desenvolvimento das habilidades cívicas que estimulam os membros de OSCs a participarem ativamente de ações políticas voltadas para a busca de soluções para problemas locais ou para o bem-estar da sociedade pode ser dependente da retenção de membros, propõe-se que:

H₄: Práticas de retenção de membros explicam engajamento cívico.

Relação entre retenção de membros e protesto

Protesto político é um meio pelo qual os cidadãos fazem suas opiniões serem ouvidas por atores específicos, expressando suas demandas, seus interesses e suas preferências. É modo de participação política por meio do qual os cidadãos demonstram sua objeção em relação a alguma política ou certas decisões tomadas por determinados atores políticos. Além disso, as atividades de 'protesto político' podem significar desaprovação em relação a certas políticas, a questões específicas consideradas inadequadas para os cidadãos ou para a sociedade, demandando a necessidade de mudança (Bean, 1991; Ekman & Amnå, 2012; Ivaldi et al., 2017; Ohme et al., 2017; Quaranta, 2012; Teorell et al., 2007; Theocharis & Van Deth, 2018; Van Deth, 1986).

Boulding (2010) encontrou associação entre filiação a OSCs e participação dos 'membros' em atividades de 'protesto' político na Bolívia, demonstrando que as atividades de OSCs são diretamente proporcionais ao aumento de atividades de protestos. Isto sucede porque as OSCs promovem e aprofundam normas, valores e competências democráticas que, além de reforçar as obrigações inerentes à cidadania política, aumentam a conscientização política dos seus membros à medida que testemunham o envolvimento das suas organizações em questões políticas (Boulding, 2010). Assim, compreende-se que a criação e o desenvolvimento das habilidades de protesto político podem estar relacionados à retenção de membros de OSCs, na medida em que quando eles são incentivados a permanecer nas suas organizações por um período longo, têm a oportunidade de entender a relevância da participação nas atividades de protesto político em prol de suas causas e interesses. Nesta perspectiva, propõe-se que:

H₅: Práticas de retenção de membros explicam protesto.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com vistas a testar as hipóteses desta pesquisa, foram coletados dados empíricos em 29 OSCs de Moçambique, abrangendo uma amostra de 266 membros, selecionada por meio de procedimentos não probabilísticos de amostragem por acessibilidade, da qual foram usadas 234 respostas válidas. Para tanto, enviou-se, por um lado, o link do questionário alojado no Google Forms para endereços eletrônicos de OSCs que prestam atividades e/ou serviços fora da capital do país, Maputo; por outro, foi aplicado o questionário a membros das OSCs localizadas na cidade de Maputo, que concentra maior número delas e de membros dessas organizações (Instituto Nacional de Estatística, 2017).

As OSCs envolvidas na pesquisa oferecem serviços em diferentes áreas, com ênfase significativa para o setor da educação/saúde/assistência social (45%), seguido pelo setor de monitoramento/advocacia da governança (23,7%). As demais áreas compreendem direitos humanos/democracia (11,6%), meio ambiente/recursos naturais (11,6%), pesquisa e consultoria (3,6%), e fortalecimento da sociedade civil (3,6%). Com base nessas informações, garante-se que os resultados não sejam distorcidos pela ênfase em uma área específica de atuação das OSCs.

O instrumento de coleta de dados agregava as questões das duas escalas de mensuração, nomeadamente, a escala de retenção de membros, proposta por Döckel et al. (2006), e a de participação política, desenvolvida por Magul e Cavalcante (2023). As assertivas do questionário (por exemplo, “minha agenda de trabalho frequentemente entra em conflito com minha vida pessoal”; “tenho estado a usar roupas ou objetos com uma mensagem política, durante o período de campanha eleitoral”) foram avaliadas por meio de escala do tipo *Likert*, de dez pontos, em que 1 = discordo totalmente e 10 = concordo totalmente. O instrumento foi subdividido em duas partes, correspondentes a cada uma das medidas, onde as assertivas estavam dispostas em blocos de dez questões, abrangendo variáveis de quase todas as dimensões do construto, selecionadas de forma aleatória, ao mesmo tempo que os blocos de questões eram intercalados por questões sociodemográficas e outras de caracterização dos sujeitos.

É útil destacar que da amostra de 266 respostas, foram descartados 17 questionários recebidos em branco, e foram excluídos da matriz dos dados 15 *outliers* multivariados identificados por meio do cálculo da ‘distância de Mahalanobis’ (Hair et al., 2009). Cada uma das escalas era constituída por 27 variáveis usadas no teste das hipóteses, e as 234 observações válidas representam uma média de 8,7 sujeitos por indicador, o que é consistente com Hair et al. (2009), que sugerem que a amostra deve corresponder, no mínimo, a cinco respondentes por item. Adicionalmente, avaliou-se a normalidade dos dados por meio dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk (Razali & Wah,

2011), cujos resultados apontaram que as variáveis das duas escalas têm distribuição não normal ($p < 0,001$).

Com vistas a avaliar a adequação da matriz dos dados às medidas psicométricas, foram realizadas AFE e análise fatorial confirmatória (AFC) para cada construto, em separado. Implementou-se AFE através do software IBM SPSS 25, agregando todas as variáveis em simultâneo, utilizando componentes principais como método de extração e rotação ortogonal, por meio do método Varimax. A decisão sobre o número de fatores a ser retido baseou-se nos autovalores maiores que 1, sem estabelecer esse número a priori, ao mesmo tempo que se optou por suprimir cargas fatoriais com valores absolutos inferiores a 0,4 (Costa, 2011). A avaliação das estruturas subjacentes à matriz dos dados baseou-se nos critérios e pontos de corte a seguir. Kaiser-Meyer-Olkin (KMO): $> 0,7$ (Hutcheson & Sofroniou, 1999); teste de esfericidade de Bartlett: $p < 0,05$ (Tabachnick & Fidell, 2007); comunalidade: $> 0,50$ (Hair et al., 2009); carga fatorial: $> 0,40$ (Costa, 2011); e variância total extraída: $> 50\%$ (Costa, 2011).

A AFC foi conduzida usando o software R, com o pacote Lavaan, agregando todos os fatores ao mesmo tempo e empregando o método de estimação *diagonally weighted least squares* (DWLS), apropriado para dados categóricos (DiStefano & Morgan, 2014; Li, 2016). O ajuste do modelo foi avaliado com base nos seguintes índices: qui-quadrado (X^2); X^2/gl ; *comparative fit index* (CFI); *Tucker-Lewis index* (TLI); *Root mean square error of approximation* (RMSEA); e *standardized root mean residual* (SRMR). Nesta perspectiva, foram considerados os critérios estabelecidos por Brown (2015), sendo que o teste de X^2 deve ser estatisticamente não significativo: $p > 0,05$; X^2/gl : < 5 , preferencialmente < 3 ; CFI e TLI: $> 0,90$, preferencialmente $> 0,95$; RMSEA: $< 0,08$, preferencialmente $< 0,06$, com intervalo de confiança (limite superior) $< 0,10$; e SRMR: < 1 . Em complemento à AFC, verificou-se a validade convergente, validade discriminante e confiabilidade (Costa, 2011) de cada construto. A fidedignidade dos modelos de mensuração foi avaliada por meio dos coeficientes alfa de Cronbach e da confiabilidade composta (CC), além de se ter examinado *average variance extracted* (AVE). Para tanto, foram rodadas simultaneamente todas as dimensões no mesmo modelo de AFC de cada construto. Para avaliar esses resultados, foram considerados como critérios aceitáveis valores $> 0,70$ para alfa de Cronbach (Costa, 2011; Hair et al., 2009); $> 0,70$ para a CC (Hair et al., 2009); e $> 0,50$ para AVE (Costa, 2011).

Para testar as hipóteses, criou-se um modelo estrutural no qual as cinco práticas de retenção de membros foram consideradas como um construto de segunda ordem, para explicar cada uma das cinco dimensões de participação política. Para tanto, realizou-se MEE por meio do software R, pacote Lavaan, utilizando *weighted least squares mean and variance adjusted* (WLSMV) como método de estimação, por ser relativamente estável em situações de desvios de

normalidade e em diferentes tamanhos amostrais (Finney et al., 2016), além de ser o mais adequado para medidas que utilizam escalas de tipo *Likert* e ser um estimador largamente aceito para dados categóricos (Bandalos, 2014; Finney et al., 2016). A avaliação do modelo estrutural levou em consideração os resultados de X^2 , gl, p-valor, CFI, TLI, RMSEA e SRMR, em conformidade com os critérios de Brown (2015). Com base nos valores da significância, verificou-se a rejeição ou não rejeição da relação de dependência estabelecida em cada hipótese.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise fatorial e validação da escala de retenção de membros

O modelo de mensuração da retenção de membros foi adotado de Döckel et al. (2006), originalmente constituído

por 30 indicadores distribuídos em seis dimensões. A avaliação da possibilidade de executar uma AFE aos dados mostrou adequação da amostra, com um índice KMO de 0,89 e teste de esfericidade de Barlett (6003,818, gl = 435, $p < 0,001$) estatisticamente significativo, ao mesmo tempo que os itens na matriz apresentaram ótima consistência interna, indicada pelo coeficiente alfa de Cronbach de 0,90. A matriz da componente rotativa demandou a exclusão da variável ETV1 (“Muitas vezes sinto que há muito trabalho a fazer”) da dimensão equilíbrio trabalho-vida, por ter apresentado comunalidade menor que 0,50, bem como a exclusão da dimensão características do trabalho (composta por dois indicadores), em virtude de ter apresentado coeficiente alfa de Cronbach abaixo de 0,7. Após estas exclusões, a estrutura fatorial mais representativa da matriz dos dados sugeriu a retenção de cinco fatores que, juntos, representam uma variância total explicada de 76,95%. Esses fatores e respectivas 27 variáveis podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1. Escala da retenção de membros sugerida pela AFE.

Fator	Item	Assertiva
Apoio do supervisor	AS1	Meu supervisor procura oportunidades para elogiar o desempenho positivo dos membros, tanto em particular quanto na frente de outras pessoas
	AS2	Sinto-me valorizado pelo meu supervisor
	AS3	O supervisor dá-me feedback sobre quão bem faço meu trabalho
	AS4	Meu supervisor recompensa uma boa ideia, implementando-a e dando crédito ao colaborador responsável
	AS5	Meu supervisor reconhece o colaborador pelo trabalho bem executado
	AS6	Meu supervisor costuma me dizer o quão bem ele acha que estou realizando o trabalho
Equilíbrio trabalho-vida	ETV2	Minha agenda de trabalho frequentemente entra em conflito com minha vida pessoal
	ETV3	Meu trabalho afeta meu papel como cônjuge e/ou pai ou mãe
	ETV4	Meu trabalho tem efeitos negativos em minha vida pessoal
Oportunidades de carreira	OC1	Minhas chances de ser promovido(a) são boas
	OC2	Existem oportunidades de carreira suficientes para mim nesta organização
	OC3	Pode ser fácil encontrar emprego em outro setor/departamento, nesta organização
	OC4	O desenvolvimento da carreira do funcionário é importante nesta organização
Oportunidades de treinamento e desenvolvimento	OTD1	Esta organização está me fornecendo treinamento específico para o trabalho
	OTD2	Tempo suficiente é alocado para treinamento de produto e solução
	OTD3	Posso aplicar o treinamento que recebo, nesta organização
	OTD4	Dinheiro suficiente é alocado para treinamento de produto e solução
Remuneração	Re1	Estou satisfeito com o meu pacote de benefícios
	Re2	Pessoalmente, estou satisfeito com o meu aumento mais recente
	Re3	Estou satisfeito com as informações sobre questões salariais fornecidas pela organização
	Re4	Estou satisfeito com o meu pacote salarial total atual (salário base, benefícios e incentivos)
	Re5	Pessoalmente, estou satisfeito com a estrutura de pagamento da organização
	Re6	Estou satisfeito com a competitividade do meu pacote salarial total (salário base, benefícios e incentivos)
	Re7	Pessoalmente, estou satisfeito com o valor dos meus benefícios
	Re8	Estou satisfeito com a consistência das políticas de pagamento da organização
	Re9	Estou satisfeito com o tamanho do meu incentivo financeiro atual
	Re10	Pessoalmente, estou satisfeito com o número de benefícios que recebo

Nota. Adaptado de Döckel, A., Basson, J. S., & Coetzee, M. (2006). The effect of retention factors on organisational commitment: An investigation of high technology employees. *SA Journal of Human Resource Management*, 4(2), 20-28. <https://doi.org/10.4102/sajhrm.v4i2.91>

Os resultados da AFC apontaram para ajuste ótimo do modelo (Brown, 2015), conforme apresentado na Tabela 2, o que sugere que a escala de mensuração proposta por Döckel et al. (2006) é adequada à retenção de membros de OSCs.

O diagrama do modelo está representado na Figura 1, a partir da qual é possível observar que as variáveis apresentaram cargas fatoriais elevadas nos seus respectivos fatores, estatisticamente significativas ($p < 0,001$).

Table 2. Índices de ajuste da escala de retenção de membros.

X^2 (gl)	X^2 /gl	CFI	TLI	RMSEA (90% IC)	SRMR
524,035 (314)***	1,7	0,993	0,993	0,054 (0,045 – 0,062)	0,053

Nota. Elaborado pelos autores.

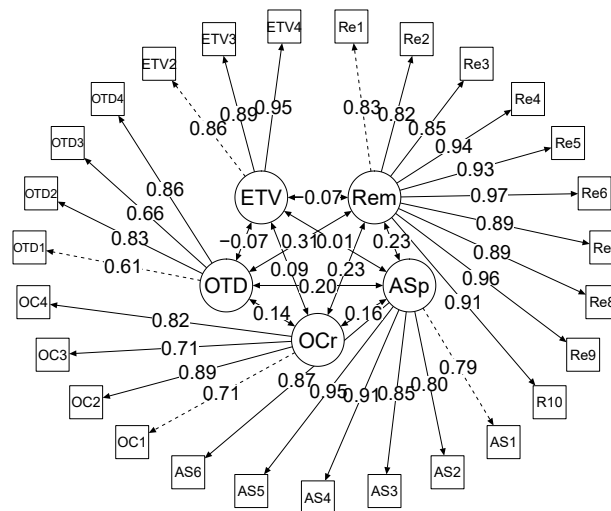


Figura 1. Diagrama da AFC da escala de retenção de membros.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Complementarmente à AFC, analisou-se a validade do modelo de mensuração, verificando-se a validade convergente, a validade discriminante e

a confiabilidade, de acordo com os critérios de Costa (2011), cujos resultados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3. Validade da escala de retenção de membros.

Construto	Rem	ASp	OTD	OC	ETV
Remuneração (Rem)	0,900				
Apoio do supervisor (ASp)	0,230	0,864			
Oport. treinamento e desenvolvimento (OTD)	0,310	0,197	0,749		
Oportunidades de carreira (OC)	0,227	0,161	0,144	0,787	
Equilíbrio trabalho-vida (ETV)	-0,066	0,014	-0,070	0,091	0,902
Alfa	0,973	0,942	0,807	0,846	0,893
CC	0,977	0,946	0,833	0,866	0,929
AVE	0,810	0,747	0,561	0,619	0,814

Nota. Elaborado pelos autores.

A tabela comprova a validade convergente do modelo de mensuração, levando em consideração que

as variâncias extraídas estão acima de 0,5, e que as raízes quadradas da AVE, em negrito, apresentam valores acima

de 0,7. A escala também alcançou validade discriminante nas suas cinco dimensões, compreendendo que as variâncias compartilhadas, isto é, a correlação entre as dimensões da escala, são menores que as variâncias extraídas das respectivas dimensões. Além disso, a tabela aponta que as variáveis de cada construto possuem consistência interna, atestando que o coeficiente alfa de Cronbach é maior que 0,7, ao mesmo tempo que a CC apresentou bons coeficientes, acima de 0,8 em todas as dimensões.

Os resultados das análises fatoriais, assim como a verificação da validade convergente, validade discriminante e confiabilidade da medida de Döckel et al. (2006), comprovaram a adequação da escala para os membros de OSCs, indicando que a medida de mensuração é apropriada para o objetivo desta pesquisa.

Análise fatorial e validação da escala de participação política

A escala de participação política usada nesta pesquisa foi adotada de Magul e Cavalcante (2023), consistindo em 27 indicadores pertencentes a cinco fatores. A análise da fatorabilidade da matriz dos dados demonstrou adequação da amostra para AFE, com KMO indicando o valor de 0,89 e teste de esfericidade de Barlett (6198,474 $gl = 351$, $p < 0,001$) estatisticamente significativo, além de o coeficiente alfa de Cronbach ser de 0,87, que se considera ótimo. Os resultados da AFE confirmaram a estrutura dos cinco fatores e respectivos 27 itens da escala original, que podem ser observados na Tabela 4. Os cinco fatores da escala explicam 78,35% da variância total.

Tabela 4. Escala de participação política.

Fator	Item	Assertiva
Atividade de campanha	AtC1	Tenho estado a fazer campanha eleitoral voluntariamente
	AtC2	Tenho estado a trabalhar para um candidato ou partido político, durante o período de campanha eleitoral
	AtC3	Tenho estado a participar em comícios políticos, durante o período de campanha eleitoral
	AtC4	Tenho estado a usar roupas ou objetos com uma mensagem política, durante o período de campanha eleitoral
	AtC5	Venho sendo membro de um partido político
	AtC6	Venho sendo membro de uma organização pertencente a partido político
	AtC7	Venho fazendo trabalho voluntário para partido político
Votação	Vot1	Tenho votado para a eleição do Presidente da República
	Vot2	Tenho votado para a eleição dos deputados da Assembleia da República
	Vot3	Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Provincial
	Vot4	Tenho votado para a eleição do Presidente do Município
	Vot5	Tenho votado para a eleição dos membros da Assembleia Municipal
Contato	Cnt1	Ando contactando membros do Governo Provincial para apresentar problemas da comunidade
	Cnt2	Ando contactando políticos para discutir assuntos políticos
	Cnt3	Ando contactando membros do Governo Distrital para apresentar problemas da comunidade
	Cnt4	Ando contactando membros do Governo Central para apresentar problemas da comunidade
Engajamento cívico	EnC1	Tenho vindo a doar dinheiro para ações de caridade
	EnC2	Tenho vindo a angariar fundos para uma organização de caridade
	EnC3	Tenho vindo a angariar fundos para implementação de um projeto local
	EnC4	Tenho vindo a fazer trabalho voluntário em prol da minha comunidade
Protesto	Prt1	Venho bloqueando trânsito em protesto político
	Prt2	Venho participando em manifestações, como protesto político
	Prt3	Venho interrompendo reuniões políticas, como protesto político
	Prt4	Venho participando em greves, como protesto político
	Prt5	Venho ocupando edifícios ou fábricas, em protesto político
	Prt6	Venho sabotando ou obstruindo estradas ou ferrovias, como protesto político
	Prt7	Venho causando danos à propriedade, como protesto político

Nota. Magul, D. R., & Cavalcante, C. E. (2023). Desenvolvimento e validação de uma escala de participação política. *Revista Eletrônica de Administração*, 29(2), 364-387. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.385.130267>

A AFC indicou ajuste ótimo do modelo (Brown, 2015), conforme apresentado na Tabela 5, o que sugere

que a matriz dos dados da amostra é adequada à medida de Magul e Cavalcante (2023).

Tabela 5. Índices de ajuste da escala de participação política.

X ² (gl)	X ² /gl	CFI	TLI	RMSEA (90% IC)	SRMR
542,712 (314)***	1,7	0,992	0,991	0,056 (0,048 – 0,064)	0,065

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores.

O diagrama do modelo está representado na Figura 2, a partir da qual é possível observar que as variáveis

apresentaram cargas fatoriais elevadas nos seus respectivos fatores, estatisticamente significativas ($p < 0,001$).

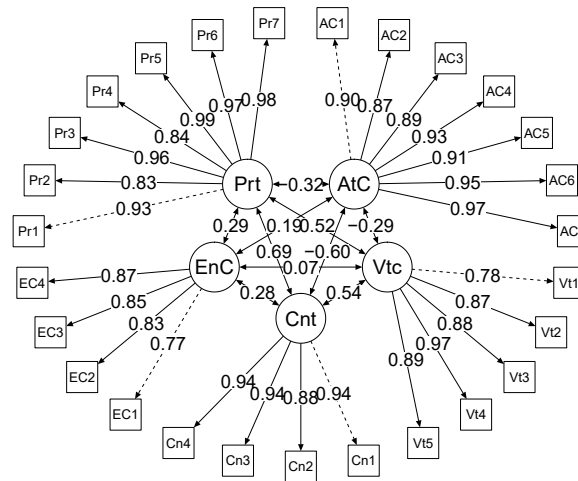


Figura 2. Diagrama da AFC da participação política.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em complemento à AFC, examinou-se a validade do modelo de mensuração, verificando-se a validade convergente, a validade discriminante e a

confiabilidade, de acordo com os critérios de Costa (2011), cujos resultados podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6. Validade da escala de participação política.

Construto	AtC	Vtc	Cnt	EnC	Prt
Atividade de campanha (AtC)	0,917				
Votação (Vtc)	-0,291	0,883			
Contato (Cnt)	-0,600	0,539	0,926		
Engajamento cívico (EnC)	0,193	0,071	0,285	0,828	
Protesto (Prt)	-0,324	0,523	0,686	0,286	0,932
	Alfa 0,938	0,916	0,934	0,858	0,938
	CC 0,974	0,947	0,960	0,897	0,979
	AVE 0,841	0,780	0,858	0,685	0,868

Nota. Elaborado pelos autores.

A tabela comprova a validade convergente do modelo de mensuração, levando em consideração que as variâncias extraídas estão acima de 0,5, e as raízes quadradas da AVE, em

negrito, apresentam valores acima de 0,7. A escala também alcançou validade discriminante nas suas cinco dimensões, compreendendo que as variâncias compartilhadas, isto é, a

correlação entre as dimensões da escala, são menores que as variâncias extraídas das respectivas dimensões. Além disso, a tabela aponta que as variáveis de cada construto possuem consistência interna, considerando que o coeficiente alfa de Cronbach é maior que 0,7, ao mesmo tempo que a CC apresentou bons coeficientes, acima de 0,8 em todas as dimensões.

Os resultados das análises fatoriais, assim como a verificação da validade convergente, validade discriminante e confiabilidade, comprovaram a adequação da matriz dos dados da amostra à escala adotada de Magul e Cavalcante (2023).

Avaliação das relações estruturais e discussão dos resultados

Para testar as hipóteses da pesquisa, criou-se um modelo estrutural que estabelecia relações de dependência

das práticas de retenção de membros, como um construto de segunda ordem, com cada uma das dimensões de participação política (especificamente, atividade de campanha, contato, engajamento cívico, protesto e votação), com vistas a avaliar o grau em que a retenção de membros explica cada fator de participação política. Com base nos valores da significância dessas relações estruturais, tomou-se a decisão de rejeitar ou não rejeitar cada uma das hipóteses da pesquisa.

Os resultados indicaram ajuste ótimo do modelo estrutural (Brown, 2015), apresentando X^2 de 1600,993 com 1357 graus de liberdade ($p < 0,05$), sendo que a razão X^2/gf é menor que 3; o valor de CFI e TLI foi 0,995; o valor de SRMR foi 0,065; e o RMSEA exibiu valor de 0,028, com intervalo de confiança de 90% de 0,022 a 0,033. O diagrama de caminhos do modelo está representado na Figura 3, com as práticas de retenção de membros como um construto de segunda ordem.

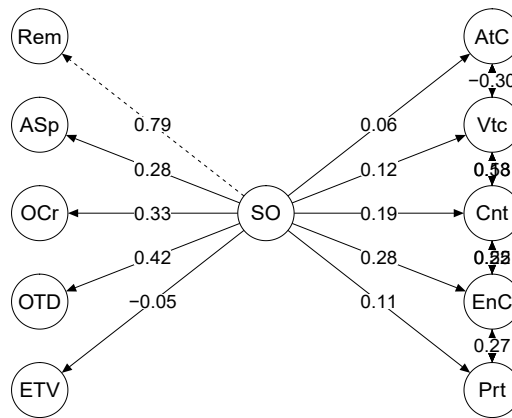


Figura 3. Diagrama de caminhos do modelo estrutural. Fonte: Elaborada pelos autores.

A significância estatística das relações estruturais do modelo, estabelecidas por meio das hipóteses H_1 , H_2 , H_3 , H_4 e H_5 , pode ser conferida

na Tabela 7. Vale destacar que não foram rejeitadas as relações estruturais estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 7. Resultados do teste das hipóteses.

Hipótese	Relação estrutural	β	p-valor	Decisão
H_1	Retenção de membros → Atividade de campanha	0,056	0,488	Rejeitar
H_2	Retenção de membros → Votação	0,117	0,160	Rejeitar
H_3	Retenção de membros → Contato	0,191	0,033	Não rejeitar
H_4	Retenção de membros → Engajamento cívico	0,279	0,004	Não rejeitar
H_5	Retenção de membros → Protesto	0,112	0,186	Rejeitar

Nota. β = Beta (estimativa padronizada). Elaborado pelos autores.

A hipótese H_1 , que postula que práticas de retenção de membros explicam atividade de campanha, foi rejeitada, possivelmente pelo fato de as OSCs às quais estão filiados os sujeitos da pesquisa não serem organizações políticas (isto é, com orientação partidária), conforme destacado na descrição das áreas de atuação das OSCs abrangidas pela pesquisa, na seção dos procedimentos metodológicos. A partir deste resultado pode-se depreender que o escopo das OSCs sem orientação partidária específica pode não viabilizar o desenvolvimento da capacidade de participação política na dimensão atividade de campanha, levando em consideração o seu papel na promoção e no aprofundamento de aspectos cruciais da democracia, tais como pluralismo e respeito pela diversidade (Boulding, 2010; Jaysawal, 2013). A rejeição da H_1 pode estar relacionada ao fato de as OSCs envolvidas na pesquisa não desenvolverem capacidade política inerente ao favorecimento ou apoio a determinados partidos políticos em períodos de campanhas eleitorais, no contexto do sistema democrático que demanda a realização de eleições periódicas para a escolha de dirigentes e titulares de órgãos de nível nacional, provincial (estadual) e municipal.

Portanto, pode-se considerar que as OSCs sem orientação partidária específica não oferecem um ambiente propício para o desenvolvimento das habilidades necessárias para participação política em atividades de campanha, por não se envolverem diretamente na arena política eleitoral de certos partidos políticos (por exemplo, fazer campanha eleitoral a favor de um candidato eleitoral e/ou partido político; influenciar os outros a votar em determinado partido político; etc.). Isto destaca a importância de se considerar o contexto organizacional ao analisar a relação de dependência entre retenção e participação de membros de OSCs nas diversas práticas políticas, podendo-se considerar como agenda para pesquisas futuras.

A relação de dependência entre práticas de retenção de membros e votação, estabelecida na H_2 , não foi sustentada empiricamente, o que sugere que a disposição de membros de OSCs a participar da eleição de dirigentes e titulares de órgãos de nível nacional, provincial e municipal não é explicada pela sua permanência nessas organizações por um período prolongado. Este resultado não corrobora a base teórica que defende que membros de OSCs podem ser suscetíveis a participar das ações políticas da dimensão votação, levando em consideração que a filiação às OSCs fortalece as capacidades individuais em questões políticas (Dore & Jackson, 2020), através da conscientização dos membros a respeito da importância de participar ativamente nos processos políticos democráticos (Magul & Cavalcante, 2022). Complementarmente, partindo do pressuposto de que membros de OSCs podem aprofundar seu entendimento sobre o sistema político, podendo repercutir no seu engajamento em diferentes tipos de eleições, é possível que a não sustentação empírica das estimativas previstas na H_2

possa demandar estudos futuros para continuar examinando o grau em que as práticas de retenção de membros explicam votação.

A hipótese H_3 não foi rejeitada, indicando que a propensão de membros a apresentar e discutir suas opiniões sobre questões políticas e problemas relacionados à comunidade, com políticos, funcionários públicos e membros de governo de diversos níveis, é explicada pela retenção de membros de OSCs. Este achado é consistente com Aggeborn et al. (2020), que encontraram uma relação significativa entre filiação às OSCs e participação em atividades de contato político, na Suécia. Assim, pode-se compreender que com o decorrer de tempo, membros de OSCs têm maior probabilidade de se engajar em atividades políticas de contato, levando em consideração que as OSCs não somente conscientizam os seus membros a respeito de assuntos políticos de interesse público, mas também estimulam a participação nas ações políticas de contato, por meio de fornecimento de informações políticas e colocando os seus membros em contato com instituições políticas (Ulzurun, 2002). Portanto, a filiação às OSCs pode desenvolver um maior entendimento sobre as questões políticas e os processos de tomada de decisão, tornando os membros atores ativos no processo político, influenciando decisões e resultados políticos através do contato direto com os tomadores de decisão.

A hipótese H_4 , que prevê que as práticas de retenção de membros explicam engajamento cívico, não foi rejeitada. Assim, entende-se que a permanência prolongada dos membros nas suas organizações repercute na propensão a se engajar em questões de interesse coletivo no nível da comunidade, com o intuito de promover mudanças por meio de ações voltadas à busca de soluções para problemas locais, bem como para a melhoria de condições locais ou de certos grupos da comunidade. Este resultado é consistente com Jaysawal (2013), que considera que a filiação às OSCs pode incentivar ação coletiva, solidariedade e promoção do bem-estar na sociedade. Isso ressalta a importância do trabalho das OSCs não apenas como agentes de mudança em suas áreas de atuação específicas, mas também como promotores do envolvimento cívico mais amplo dos seus membros nas comunidades, ao desenvolverem habilidades e virtudes cívicas (Fung, 2003) que viabilizam a busca de soluções para problemas locais e contribuir para a melhoria das condições locais.

A proposição que aponta que as práticas de retenção de membros explicam protesto político (H_5) não foi sustentada empiricamente. Este achado contradiz as premissas teóricas existentes na literatura, compreendendo que algumas OSCs não políticas defendem assuntos políticos de interesse público, fazendo os seus membros testemunharem o seu engajamento em questões políticas de interesse público e na

defesa de melhores opções políticas (Boulding, 2010; Dore & Jackson, 2020; Jaysawal, 2013; Ulzurrún, 2002) que, conseqüentemente, estimula o engajamento dos membros em ações políticas que demandam coragem para o seu enfrentamento, como as atividades de protesto político. Por exemplo, Boulding (2010) encontrou associação entre filiação às OSCs e participação dos membros em atividades de protesto na Bolívia, demonstrando que ser membro de OSCs é diretamente proporcional ao aumento de atividades de protestos.

A rejeição da H_5 pode estar relacionada a fatores contextuais da amostra da pesquisa, obtida em um país caracterizado por fraco engajamento político dos cidadãos nas atividades de protesto, o que também ficou comprovado pela matriz dos dados desta pesquisa. No entanto, vale destacar que essa fraca participação no protesto político pode, de alguma forma, ser explicada pelo fato de as ações de protesto demandarem autorização das autoridades governamentais, o que muitas vezes tem sido usado de forma abusiva para reprimir a realização de protestos (Chaimite, 2014; Honwana, 2020). De toda a forma, o resultado da H_5 pode demandar a necessidade de estudos futuros continuarem examinando o grau em que as práticas de retenção de membros influenciam os membros de OSCs a serem propensos a participar de ações políticas de protesto, usando amostras de outros contextos geográficos com sistema democrático.

Os resultados da pesquisa demonstram que a retenção de membros de OSCs tem certo potencial de explicação estatisticamente significativa sobre a participação política, o que não somente corrobora parcialmente as teorizações de Magul e Cavalcante (2022), mas também abre caminho para que estudos futuros possam continuar examinando o efeito da retenção de membros sobre a participação política, com potencial de contribuir para o avanço do conhecimento. Vale destacar que os resultados desta pesquisa se basearam em dados de uma amostra obtida de um país com sistema democrático que inclui, dentre outros aspectos, liberdade de associação que permite o surgimento de OSCs de natureza e finalidade diversas, acompanhada pela participação cívica dos cidadãos. Assim, pesquisas futuras a respeito do objeto pesquisado precisam considerar este contexto político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da compreensão de que a permanência de membros nas OSCs, por um período prolongado, oportuniza o desenvolvimento de competências e valores democráticos, e de habilidades e virtudes cívicas que estimulam a participação em diversas práticas políticas, a pesquisa analisou a influência da retenção de membros de

OSCs sobre participação política, testando empiricamente cinco hipóteses.

Por um lado, os resultados apontaram que práticas de retenção de membros explicam significativamente contato político (H_3), sugerindo que a permanência prolongada de membros nas OSCs repercute na propensão a participar das ações políticas de contato. O teste de hipóteses também indicou que práticas de retenção de membros explicam significativamente engajamento cívico (H_4), podendo se depreender que a retenção de membros pode torná-los suscetíveis a participar das atividades políticas de engajamento cívico. Por outro lado, a pesquisa demonstrou que as práticas de retenção de membros não têm poder explicativo estatisticamente significativo sobre atividade de campanha (H_1), votação (H_2) e protesto político (H_5).

Não obstante a rejeição de três hipóteses da pesquisa, as duas não rejeitadas confirmaram empiricamente, pelo menos parcialmente, as teorizações de Magul e Cavalcante (2022) e indicam que a retenção de membros de OSCs tem certo potencial de explicação estatisticamente significativa sobre a participação política. Esses resultados sugerem que quando membros de OSCs permanecem envolvidos nessas organizações por mais tempo, há uma maior possibilidade de que eles participem de práticas políticas, a partir da apreensão do potencial de engajamento político desenvolvido pelas OSCs. Assim, a partir das relações estruturais estabelecidas nas hipóteses não rejeitadas, pode-se considerar que uma das maneiras, dentre outras possíveis, pelas quais indivíduos podem se tornar mais propensos a participar de práticas políticas é a filiação e a permanência nas OSCs por um período prolongado.

A pesquisa acrescenta valor à literatura, ao demonstrar que a retenção de membros pode ser preditora da participação política, o que pode contribuir para o avanço do conhecimento inerente a estudos organizacionais e sociedade. Os achados obtidos têm implicações significativas para OSCs interessadas em fortalecer a participação cidadã nos processos políticos democráticos e promover a expansão da democracia na sociedade, o que é consistente com o impacto que algumas delas pretendem ter na sociedade, especificamente no quesito da melhoria do ambiente político e democrático, principalmente no contexto político onde a democracia está em maturação. Esses resultados devem ser interpretados no contexto de sistema democrático, que consagra liberdade de associação capaz de permitir o surgimento de OSCs de natureza e finalidade diversas, além de viabilizar a participação cívica dos cidadãos.

Todavia, é necessária certa cautela ao interpretar os resultados alcançados, para evitar generalizações apressadas, visto que a pesquisa é pioneira no exame das relações de dependência entre retenção de membros e participação política. Nesta perspectiva, sugere-se que estudos futuros

prossigam examinando essas relações em diferentes contextos geográficos que possuam sistemas democráticos, podendo ainda analisar a relação entre retenção de membros e participação política levando em consideração o tempo de filiação nas OSCs. Outro aspecto adicional importante

a respeito de estudos futuros diz respeito à consideração das instituições participativas criadas pelo Estado (por exemplo, conselhos), para também se examinar a relação entre ser membro dessas instituições e participação nas práticas políticas.

REFERÊNCIAS

- Aggeborn, L., Lajevardi, N., & Nyman, P. (2020). Disentangling the impact of civil association membership on political participation: Evidence from Swedish panel data. *British Journal of Political Science*, 1–9. <https://doi.org/10.1017/S0007123419000772>
- Andion, C. (2005). A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), 79–101. <https://doi.org/10.1590/s1415-65552005000100005>
- Ayala, L. J. (2000). Trained for democracy: The differing effects of voluntary and involuntary organizations on political participation. *Political Research Quarterly*, 53(1), 99–115. <https://doi.org/10.1177/106591290005300105>
- Bandalos, D. L. (2014). Relative performance of categorical diagonally weighted least squares and robust maximum likelihood estimation. *Structural Equation Modeling*, 21(1), 102–116. <https://doi.org/10.1080/10705511.2014.859510>
- Bean, C. (1991). Participation and political protest: A causal model with Australian evidence. *Political Behavior*, 13(3), 253–283. <https://doi.org/10.1007/BF00992922>
- Boulding, C. E. (2010). NGOs and political participation in weak democracies: Subnational evidence on protest and voter turnout from Bolivia. *Journal of Politics*, 72(2), 456–468. <https://doi.org/10.1017/S0022381609990922>
- Brito, L. (2019). *A Frelimo, o Marxismo e a construção do Estado nacional 1962-1983*. IESE.
- Brown, T. A. (2015). *Confirmatory factor analysis for applied research* (2nd ed.). Guilford Press.
- Chaimite, E. (2014). Das revoltas às marchas: emergência de um repertório de acção colectiva em Moçambique. In Luís de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014* (pp. 83–98). IESE.
- Costa, F. J. (2011). *Mensuração e desenvolvimento de escalas: Aplicações em Administração*. Ciência Moderna Ltda.
- Darch, C. (2018). Uma história de sucesso que correu mal? O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica. *Peace and Security Series*, 30.
- Dhanpat, N., Modau, F. D., Lugisani, P., MaboJane, R., & Phiri, M. (2018). Exploring employee retention and intention to leave within a call centre. *SA Journal of Human Resource Management*, 16(0), 1–13. <https://doi.org/10.4102/sajhrm.v16i0.905>
- DiStefano, C., & Morgan, G. B. (2014). A comparison of diagonal weighted least squares robust estimation techniques for ordinal data. *Structural Equation Modeling*, 21(3), 425–438. <https://doi.org/10.1080/10705511.2014.915373>
- Döckel, A., Basson, J. S., & Coetzee, M. (2006). The effect of retention factors on organisational commitment: An investigation of high technology employees. *SA Journal of Human Resource Management*, 4(2), 20–28. <https://doi.org/10.4102/sajhrm.v4i2.91>
- Dore, G. M. D., & Jackson, K. D. (2020). Problems of measurement of the relationship between civil society and democracy when using survey data. *Social Indicators Research*, 149(1), 155–166. <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02235-4>
- Ekman, J., & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22(3), 283–300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- Encarnación, O. G. (2017). Civil society and the consolidation of democracy in Spain. *Political Science Quarterly*, 116(1), 53–79.
- Fahmy, E. (2006). Social capital and civic action. *Young*, 14(2), 101–118. <https://doi.org/10.1177/1103308806062736>
- Ferreira, N., & Mujajati, E. (2017). Career meta-capacities and retention factors of recruitment advertising agencies: An exploratory study. *Journal of Psychology in Africa*, 27(5), 405–411. <https://doi.org/10.1080/14330237.2017.1379659>
- Ferreira, N., & Potgieter, I. L. (2018). Career-related dispositional factors in relation to retention within the retail sector: An exploratory study. *Journal of Psychology in Africa*, 28(5), 400–406. <https://doi.org/10.1080/14330237.2018.1527545>
- Finney, S. J., DiStefano, C., & Kopp, J. (2016). Overview of estimation methods and preconditions for their application with structural equation modelling. In K. Schweizer & C. DiStefani (Eds.), *Principles and methods of test construction* (pp. 134–165). Hogrefe.
- Fung, A. (2003). Associations and democracy: Between theories, hopes, and realities. *Annual Review of Sociology*, 29(1), 515–539. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.29.010202.100134>
- Gani, K., Potgieter, I., & Coetzee, M. (2020). Dispositions of agency as explanatory mechanisms of employees' satisfaction with retention practices. *Journal of Psychology in Africa*, 30(2), 143–150. <https://doi.org/10.1080/14330237.2020.1744278>
- Haider, M., Rasli, A., Akhtar, C. S., Yusoff, R. B. M., Malik, O. M., Aamir, A., Arif, A., Naveed, S., & Tariq, F. (2015). The impact of human resource practices on employee retention in the telecom sector. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 5(2), 63–69.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6th ed.). Bookman.

- Hong, E., Hao, L., Kumar, R., Ramendran, C., & Kadiresan, V. (2012). An effectiveness of human resource management practices on employee retention in institute of higher learning: A regression analysis. *International Journal of Business Research and Management*, 3(2), 60–79.
- Honwana, A. (2020). Que política e política para quem? Juventude e engajamento político em Moçambique. In D. Rosário, E. Guambe, & E. Salema (Eds.), *Democracia Multipartidária em Moçambique* (pp. 255–272). Minerva Print.
- Hutcheson, G. D., & Sofroniou, N. (1999). *The multivariate social scientist: Introductory statistics using generalized linear models*. Sage Publications.
- Imna, M., & Hassan, Z. (2015). Influence of human resource management practices on employee retention in Maldives retail industry. *International Journal of Accounting and Business Management*, 3(1), 50–80. <https://doi.org/10.24924/ijabm/2015.04/v3.iss1/50.80>
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *As instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultados do segundo Censo Nacional (2014–2015)*. <https://mozdata.ine.gov.mz/index.php/catalog/78/study-description>
- Ivaldi, E., Bonatti, G., & Soliani, R. (2017). An indicator for the measurement of political participation: The case of Italy. *Social Indicators Research*, 132(2), 605–620. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1303-8>
- Jaysawal, N. (2013). Civil society, democratic space, and social work. *SAGE Open*, 3(4), 1–12. <https://doi.org/10.1177/2158244013504934>
- Kalaycioglu, E., & Turan, I. (1981). Measuring political participation: A cross-cultural application. *Comparative Political Studies*, 14(1), 123–135. <https://doi.org/10.1177/001041408101400106>
- Kashyap, V., & Rangnekar, S. (2014). A structural equation model for measuring the impact of employee retention practices on employee's turnover intentions: An Indian perspective. *South Asian Journal of Human Resources Management*, 1(2), 221–247. <https://doi.org/10.1177/2322093714549109>
- Kim, B., & Hoewe, J. (2020). Developing contemporary factors of political participation. *Social Science Journal*, 00(00), 1–15. <https://doi.org/10.1080/03623319.2020.1782641>
- Lee, A.-R., & Glasure, Y. U. (2007). Social capital and political participation in South Korea. *Asian Affairs: An American Review*, 34(2), 101–118. <https://doi.org/10.3200/aafs.34.2.101-118>
- Lei n. 8, de 18 de Julho de 1991 (1991). Regula o direito a livre associação. *Boletim da República de Moçambique*. I Série, n. 29. <https://archive.gazettes.africa/archive/mz/1991/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated-1991-07-18-no-29.pdf>
- Li, C. H. (2016). Confirmatory factor analysis with ordinal data: Comparing robust maximum likelihood and diagonally weighted least squares. *Behavior Research Methods*, 48(3), 936–949. <https://doi.org/10.3758/s13428-015-0619-7>
- Magul, D. R., & Cavalcante, C. E. (2022). Efeito dominó: organizações da sociedade civil, retenção de membros e participação política cidadã em Moçambique – proposições teóricas. *Revista Administração Em Diálogo - RAD*, 24(2), 93–109. <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2022v24i2.54211>
- Magul, D. R., & Cavalcante, C. E. (2023). Desenvolvimento e Validação de uma Escala de Participação Política. *Revista Eletrônica de Administração*, 29(2), 364–387. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.385.130267>
- McVey, A., & Vowles, J. (2005). Virtuous circle or cul de sac? Social capital and political participation in New Zealand. *Political Science*, 57(1), 5–20. <https://doi.org/10.1177/003231870505700102>
- Ohme, J., Vreese, C. H., & Albæk, E. (2017). From theory to practice: how to apply van Deth's conceptual map in empirical political participation. *Acta Polit.* <https://doi.org/10.1057/s41269-017-0056-y>
- Presbitero, A., Roxas, B., & Chadee, D. (2016). Looking beyond HRM practices in enhancing employee retention in BPOs: focus on employee-organisation value fit. *International Journal of Human Resource Management*, 27(6), 635–652. <https://doi.org/10.1080/09585192.2015.1035306>
- Putnam, R. D. (2000). Bowling alone: America's declining social capital. In L. Crothers & C. Lockhart (Eds.), *Culture and Politics* (pp. 223–234). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-62397-6>
- Quaranta, M. (2012). The rise of unconventional political participation in Italy: Measurement equivalence and trends, 1976–2009. *Bulletin of Italian Politics*, 4(2), 251–276.
- Rahbarqazi, M., & Noei Baghban, S. M. (2020). The link between social capital and political participation and its impact on iranian youth. *Teorija in Praksa*, 57(3), 909–927.
- Razali, N. M., & Wah, Y. B. (2011). Power comparisons of Shapiro-Wilk, Kolmogorov-Smirnov, Lilliefors and Anderson-Darling tests. *Journal of Statistical Modeling and Analytics*, 2(1), 13–14.
- Rocca, R. M. (1998). *Moçambique, da Guerra à Paz: História de uma mediação insólita*. Livraria Universitaria (UEM).
- Samuel, M. O., & Chipunza, C. (2009). Employee retention and turnover: Using motivational variables as a panacea. *African Journal of Business Management*, 3(9), 410–415. <https://doi.org/10.5897/AJBM09.125>
- Sanjeevkumar, V., & Wei, W. (2012). A case study on determinants of human resource practices influencing retention of employees in Kedah State Development Corporation, Malaysia. *International Journal of Business and Social Research (IJBSR)*, 2(2), 42–53.
- Shibiti, R. (2019). Satisfaction with retention factors in relation to job embeddedness of public school teachers. *SA Journal of Human Resource Management*, 17(2015), 1–9. <https://doi.org/10.4102/sajhrm.v17i0.1161>
- Shibiti, R. (2020). Public school teachers' satisfaction with retention factors in relation to work engagement. *SA Journal of Industrial Psychology*, 46, 1–9. <https://doi.org/10.4102/sajip.v46i0.1675>
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2007). *Using Multivariate Statistics* (5th ed.). Allyn and Bacon.
- Talò, C., & Mannarini, T. (2014). Measuring participation: Development and validation the participatory behaviors Scale. *Social Indicators Research*, 123(3), 799–816. <https://doi.org/10.1007/s11205-014-0761-0>

- Teorell, J. (2003). Linking social capital to political participation: Voluntary associations and networks of recruitment in Sweden. *Scandinavian Political Studies*, 26(1), 49–66. <https://doi.org/10.1111/1467-9477.00079>
- Teorell, J., Torcal, M., & Montero, J. R. (2007). Political participation: Mapping the terrain. In J. W. van Deth, J. R. Montero, & A. Westholm (Eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis* (pp. 334–357). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203965757>
- Theocharis, Y., & Van Deth, J. W. (2018). The continuous expansion of citizen participation: A new taxonomy. *European Political Science Review*, 10(1), 139–163. <https://doi.org/10.1017/S1755773916000230>
- Uhlin, A. (2009). Which characteristics of civil society organizations support what aspects of democracy? Evidence from post-communist Latvia. *International Political Science Review*, 30(3), 271–295. <https://doi.org/10.1177/0192512109105639>
- Uzurrun, L. M. D. (2002). Associational membership and social capital in comparative perspective: A note on the problems of measurement. *Politics and Society*, 30(3), 497–523. <https://doi.org/10.1177/0032329202030003005>
- Van Deth, J. W. (1986). A note on measuring political participation in comparative research. *Quality and Quantity*, 20(2), 261–272.
- Van Deth, J. W. (2014). A conceptual map of political participation. *Acta Politica*, 49(3), 349–367. <https://doi.org/10.1057/ap.2014.6>
- Van Deth, J. W. (2016). What is political participation? In *Oxford Research Encyclopedia of Politics* (pp. 1–17). <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.68>
- Van Dyk, J., & Coetzee, M. (2012). Retention factors in relation to organisational commitment in medical and information technology services. *SA Journal of Human Resource Management*, 10(2), 1–11. <https://doi.org/10.4102/sajhrm.v10i2.433>
- Wallman-Lundåsen, S. (2015). Civil society and political participation: What type of political participation is influenced by community level involvement in civil society? *Swiss Political Science Review*, 21(1), 140–157. <https://doi.org/10.1111/spsr.12140>
- Wijesiri, N. R. A. S. S., Paranagama, G. S., Sirirwardhana, M. M. A. S., Thilakarathna, D. L. N. C., Weeraratna, R. ., & Pathirana, U. P. G. . (2019). The impact of HR practices on employee retention; A case of BPO sector, Sri Lanka. *International Journal of Human Resource Studies*, 9(1), 1–21. <https://doi.org/10.5296/ijhrs.v9i1.14050>
- Yousuf, S., & Siddqui, D. A. (2019). Factors influencing employee retention: A Karachi based comparative study on IT and banking industry. *International Journal of Human Resource Studies*, 9(1), 42–62. <https://doi.org/10.5296/ijhrs.v9i1.14111>
- Zúñiga, H. G. De, Copeland, L., & Bimber, B. (2014). Political consumerism: Civic engagement and the social media connection. *New Media & Society*, 16(4), 488–506. <https://doi.org/10.1177/1461444813487960>


Autoria

Dias Rafael Magul*

Universidade Joaquim Chissano

Rua do Grande Maputo, Q.88, Zimpeto, Maputo, Moçambique

E-mail: kanimambomagul@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9407-9391>

Carlos Eduardo Cavalcante

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Via Expressa Padre Zé, n. 289, Castelo Branco III, CEP 58051-900, João Pessoa, PB, Brasil

E-mail: cavalcanteeduardo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1861-0459>

* Autor Correspondente

Contribuições dos Autores

1° autor: análise formal (igual), conceituação (igual), investigação (líder), metodologia (líder), redação – rascunho original (líder), revisão e edição (líder).

2° autor: análise formal (igual), conceituação (igual), investigação (suporte), metodologia (suporte), redação – rascunho original (suporte), revisão e edição (suporte), supervisão (líder), validação (igual).

Direitos Autorais

Os autores detêm os direitos autorais relativos ao artigo e concederam à RAC o direito de primeira publicação, com a obra simultaneamente licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Conflito de Interesses

Os autores informaram que não há conflito de interesses.

Método de Revisão por Pares

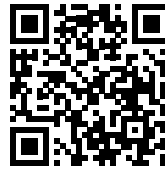
Este conteúdo foi avaliado utilizando o processo de revisão por pares duplo-cego (*double-blind peer-review*). A divulgação das informações dos pareceristas constantes na primeira página e do Relatório de Revisão por Pares (*Peer Review Report*) é feita somente após a conclusão do processo avaliativo, e com o consentimento voluntário dos respectivos pareceristas e autores.

Verificação de Plágio

A RAC mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, mediante o emprego de ferramentas específicas, e.g.: iThenticate.

Disponibilidade dos Dados

Os autores afirmam que todos os dados utilizados na pesquisa foram disponibilizados publicamente, e podem ser acessados por meio da plataforma Harvard Dataverse:



Magul, Dias Rafael; Cavalcante, Carlos Eduardo, 2024, "Replication Data for: "Retention of civil organizations members and political participation: Possible relationships" published by RAC-Revista de Administração Contemporânea, Harvard Dataverse, V1.
<https://doi.org/10.7910/DVN/NWJUT1>

A RAC incentiva o compartilhamento de dados mas, por observância a ditames éticos, não demanda a divulgação de qualquer meio de identificação de sujeitos de pesquisa, preservando a privacidade dos sujeitos de pesquisa. A prática de *open data* é viabilizar a reproducibilidade de resultados, e assegurar a irrestrita transparência dos resultados da pesquisa publicada, sem que seja demandada a identidade de sujeitos de pesquisa.